

TOPÔNIMOS DE PORTUGAL NO CEARÁ

Florival Seraine

Fortaleza

No século XVIII vários topônimos cearenses, em geral de procedência indígena, foram substituídos por nomes de localidades portuguesas.

Em nossos dias ainda vigoram: **Almofala, Arneiros, Crato, Messejana, Sobral e Viçosa, ex-Vila Viçosa**, núcleos de população que são atualmente cidades, sedes de municípios, exceto Almofala e Messejana.

Soure era a denominação oficial até o aparecimento do Decreto-Lei n.º 1114, de 31 de dezembro de 1938, que modificou a toponímia estadual, já alterada por decreto anterior.

Arronches, Campo-Maior, Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho e Vila Nova d'El-Rei permaneceram algum tempo, sendo substituídos definitivamente por topônimos de origem ameríndia.

Ocupar-nos-emos a seguir de cada um desses topônimos, que foram copiados de designações de lugares de Portugal, em observância à Carta-Régia de 6 de maio de 1758, em que o Marquês de Pombal mandava elevar a vilas as aldeias dos jesuítas que contassem mais de cinquenta fogos, com denominações de lugares de Portugal (1).

Além das localidades citadas foram criadas ainda pelo

(1) Paulino Nogueira — **Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará** — in "Revista do Instituto do Ceará" — Ano I — Tôm. I, 4.º Trimestre de 1887 — pág. 221.V., ainda, Florival Seraine — **Toponímia Cearense**, in "Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia", III Vol. — passim.

mesmo motivo as vilas de S. João do Príncipe e S. Bernardo do Governador, já no século XIX.

TOPÔNIMOS EM VIGOR

Almofala — Povoação, situada no distrito de Itarema, do município de Acaraú, um pouco acima da barra do rio Aracati-Mirim. Fica a quarenta e oito quilômetros, aproximadamente, da sede do município, que, por sua vez, dista da Capital em linha reta 202 kms. e 165 milhas por via marítima. O topônimo também se aplica a uma pequena enseada ou barra na mesma região.

Foi antiga aldeia dos índios tremembé. O padre Assenso Gago, da Companhia de Jesus, escreve ao rei de Portugal mostrando a conveniência de se situarem os índios em aldeias “pela costa que dista 200 léguas do Ceará ao Maranhão” e rogando que se lhes desse de sesmaria as terras que ficavam entre a barra do rio Aracati-Mirim e a barra do Timonha. Sua Majestade, pela Carta-Régia de 8 de janeiro de 1697, dirigida ao Governador do Maranhão, fez aludida concessão e ordenou que não se inquietasse o gentio nem o apartasse dos sítios que ele escolhesse para sua habitação (2).

O Padre José Borges de Novais foi o missionário que, em 1702, primeiro aldeou os tremembé, construindo no sítio Aracati-Mirim uma igreja sob a invocação de N. S. da Conceição. Ao local chamou-se inicialmente Missão de Aracati-mirim, mais tarde até 1763, N. S. da Conceição dos Tremembés e de 1766 em diante Nossa S. da Conceição de Almofala.

Em 18 de maio de 1759, o governador de Pernambuco Luiz Diogo Lôbo da Silva comunica ao capitão-mor do Ceará a vinda do desembargador Bernardo Coelho de Sousa Cas-

(2) Antônio Bezerra — *Algumas Origens do Ceará*, 1818. V. ainda a monografia do Pe. Antônio Tomás sobre Almofala, reproduzida no livro Pe. Antônio Tomás, de Dinorá Tomás Ramos — Fortaleza, 1950, págs. 167 a 199.

co àquela capitania para erigir em vilas as aldeias dos índios, que eram dirigidas pelos jesuítas.

A aldeia de que tratamos nunca chegou, porém, a ser vila; apenas, como outras, perdeu o seu nome indígena.

Em Portugal existem várias localidades com o nome de Almofala. A mais importante é a povoação e freguesia de S. Pedro, situada no concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo, distrito de Guarda, província da Beira-Alta. É localidade muito antiga, que tem foral dado em novembro de 1221 por D. Martim Aires. Há com o mesmo nome uma povoação e freguesia do Espírito-Santo, no concelho de Castro-Daire, distrito de Viseu, na Beira-Alta. Outras Almofalas são lugares, respectivamente, da freguesia de Alvorninha, concelho de Caldas-da-Rainha, distrito de Leiria, província de Estremadura; de Mondim-dã-Beira, concelho de Tarouca, distrito de Viseu, Beira-Alta; S. João-do-Monte, concelho de Tondela, distrito de Viseu, e Nossa Senhora da Conceição, concelho de Vila-do-Rei, do distrito de Castelo-Branco, província da Beira-Baixa. Existem ainda: **Almofala-de-Baixo** e **Almofala-de-Cima** — lugares da freguesia de Ajuda, no concelho de Figueiró-dos-Vinhos, distrito de Leiria, província da Beira — Litoral e **Almofala de S. Pedro**, lugar da freguesia de Agueda, do mesmo concelho. O vocábulo é de origem árabe. Vem de **al-mahalla** (acampamento). É uma daquelas palavras que “em Portugal antigamente se usáram e que hoje regularmente se ignoram” (3), registradas pelo autor do *Elucidário*, no ano de 1825.

A definição que lá se encontra é: “campo ou arraial em que por algum tempo se reside”. Mas alguns léxicos, além do significado de acampamento mourisco, hoste de mouros,

(3) *Dicionário portatil das palavras, termos e phrases, que em Portugal antigamente se usáram e hoje regularmente se ignoram*, pelo mesmo autor do *Elucidário*. Coimbra, 1825. Real Imprensa da Universidade, pág. 17.

apontam outro — espécie de tapêto sôbre o qual se armavam camas. Neste caso talvez alteração de almoçala (4).

Ignora-se a causa determinante da escolha dêsse topônimo português para o velho aldeamento dos tremembé ou tramembé.

Algum motivo de ordem sentimental, como o de ser filho dessa localidade portuguesa aquêlo que aplicou o termo pela primeira vez à localidade cearense?

Ou por se ajustar o lugar ao significado do termo — arraial, etc., ainda circulante na linguagem da época?

A verdade é que deve ter influído a Carta Régia do poderoso Marquês de Pombal.

Arneirós — Esta é a grafia que adotamos, por corresponder a do lugar de Portugal, de que é cópia no Ceará, não obstante seja comumente escrito Arneiroz o topônimo cearense. Caso idêntico ao de Mecejana, que se escreveu muito tempo, afinal corrigido para Messejana, que é o do lugar de Portugal. Arneirós é antiga vila, que passou a cidade recentemente, constituindo a sede do novo município de igual nome.

Pertencia à comarca de Tauá, de que era termo, incluindo os distritos de Cococi e Santa Catarina, hoje independentes.

Foi criada a freguesia por provisão de 13 de novembro de 1783 e inaugurada a 13 de março de 1784 com a invocação de Nossa Senhora da Paz e a denominação portuguesa de Arneirós. Passou a vila pela Lei Provincial n.º 1228, de 21 de novembro de 1864. Começou a freguesia pelo aldeamento dos índios jucá em 1727, os quais foram expulsos por serem destruidores dos gados dos colonos estabelecidos nas vizinhanças.

(4) V., entre outros, Hamilcar de Garcia — **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa** — Vol. I — Rio, 1958. Edit. Delta.

Antônio Bezerra não a inclui entre as vilas que, ao serem criadas, receberam o nome de localidades portuguesas, em atenção à Carta Régia de que se serviu o Marquês de Pombal, que — ao seu dizer — “tinha mais fôrça e imprimia mais terror que El-Rei D. José, seu amo e Senhor” (5). O ilustre historiador cearense faz ainda observar que, depois de 3 de maio de 1803, data em que a povoação de Tauá foi elevada a vila com o nome de **São João do Príncipe**, em homenagem ao príncipe regente D. João VI, faz observar que dessa data em diante não se fez mais caso da aludida Carta Régia (6).

Em Portugal há com êsse nome — **Arneirós**, — uma freguesia muito antiga, cujo território parece haver sido povoado antes do século XII. Pertence ao concelho de Lamego, do distrito de Viseu, na parte que se acha incluída na província de Trás-os-Montes e Alto-Douro. **Arneirós** é considerada o nome genuíno da freguesia, embora não oficial, e ainda em pleno uso, ao passo que o oficial — **Vila Nova de Souto de El-Rei** — só oficialmente se emprega.

A palavra é tida como plural do diminutivo medieval **arneiró** (de **arenariola**) (7). **Arneiró** é palavra considerada fora do uso em Portugal pelo autor do **Elucidário**, já em 1825. Os léxicos registam o vocábulo com o significado de terreno arenoso, estéril, do latim **arenarius** com síncope do **e**. E como termo do Alentejo correspondente a “espécie de joeira ou crivo” (8). **Arneiró** e **Arnado**, seu sinônimo, são também topônimos registrados em Portugal, além de outros cognatos.

(5) Antônio Bezerra — **O nome Mecejana** — In “Rev. do Inst. do Ceará” — Tómo XXXI — 1917. pág. 95.

(6) Id. Ib. — pág. 98.

(7) **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira** — Lisboa — Rio de Janeiro — Editorial Enciclopédia Limitada — vol. XXV, pág. 716.

(8) **V. Dic. Portátil** cit. — pág. 28. V., ainda, **Dicionários de Frei Domingos Vieira, Aulete, Lacerda, Moraes e Cândido de Figueiredo**.

Reprodução, sem dúvida, de um topônimo português no Ceará, a designação **Arneirós**, como talvez no caso de Almo-fala, se adapta, contudo, à significação do termo, pois — segundo anota mesmo um Dicionário Geográfico — se trata de “um território bastante sêco no sertão” (9).

Crato — Um dos mais importantes núcleos urbanos regionais, que disputa com Sobral o lugar de segunda cidade do Estado. Situado na zona sul, no vale do Cariri. Dista da Capital 599 kms., por via-férrea. Termo, sede da comarca e do município de igual nome, bem assim de um bispado. O Aviso de 17 de junho de 1762, expedido pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos autorizou o Governador de Pernambuco — Luís Diogo Lôbo da Silva — a confiar ao Ouvidor do Ceará — Vitoriano Pinto Soares Barbosa — a instalação de novas vilas no Ceará. Em Carta de 6 e Portaria de 15 de agosto do mesmo ano Lôbo da Silva ordena a criação das vilas de Montemor-o-Novo e Crato, tendo sido ratificadas dita Carta e Portaria por seu sucessor, o Conde de Vila-Flor, em carta de 16 de dezembro. A inauguração da Vila teve lugar a 21 de junho de 1764 (10).

Até a inauguração da vila, com o nome de **Vila Real do Crato** a povoação chamava-se **Miranda, Missão do Miranda** ou dos **Cariris-Novos**. A vila foi fundada “na Aldeia do Brejo, antiga Missão do Miranda, devendo nela se reunir os índios dela, os da missão de Jucá e todos os de ambos que se achavam dispersos” (11).

(9) Alvaro Gurgel de Alencar — **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará** — 2.^a edição — pág. 31 — Fortaleza — Ceará, 1939.

(10) Artigo de J. B. Perdigão de Oliveira in “Rev. Inst. do Ceará”, ano II, tomo II, 1.^o Trimestre de 1888 — pág. 37 — “retificando datas e fatos, apontando narrações incompletas e omissões de fatos em “O Resumo Cronológico para a História do Ceará”, pelo major João Brígido dos Santos”.

(11) Dic. Geog. Hist. e Descrit. do E. do Ceará, cit. — pág. 132 e segs.

Foi elevada a cidade pela Lei n.º 628, de 17 de outubro de 1853. O nome Crato, aplicado à vila, em 1764, decorre da observância à Carta Régia de 6 de maio de 1758. Lembrem-se aqui o nome de D. Antônio, prior do Crato, candidato à coroa de Portugal, em 1580, por morte do rei, Cardeal D. Henrique. O topônimo é, sem dúvida, de origem portuguesa, não obstante a procedência, que lhe atribuem, de um pretenso Curato (Curato de S. Fidelis), de que seria corrutela.

Crato é vila de Portugal, sede de concelho, no distrito de Portalegre, província do Alto-Alentejo. Pelo recenseamento de 12 de dezembro de 1940 tinha 9.086 habitantes. Dista 22 kms. da sede do distrito. Na província do Alentejo estavam o Priorado do Crato, que pertenceu à Ordem de Malta e a Colegiada de Vila-Viçosa, com um prelado independente, com o título de Deão-Bispo, além de outras instituições religiosas. Em 1850 Sousa Monteiro já considera parecer extintos, tanto o Priorado como a Colegiada, cuja administração espiritual se reuniu à Mitra Arquiepiscopal de Évora (12).

Os léxicos portugueses mais antigos não referem o nome comum *crato*. Encontramo-lo, porém, no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, com os significados de: casta de uva branca algarvia; casta de uva preta, também, algarvia, e a anexa observação de Crato, nome próprio (13).

A vila portuguesa terá sua origem em antiqüíssima povoação, cuja fundação tradicionalmente é atribuída aos cartagineses. Ao tempo de D. Afonso Henriques a vila foi reedificada e repovoada, tendo sido nessa época que ficou definitivamente adotado o nome de Crato. Baseando-se numa carta de doação de D. Sancho II, existente na Torre do Tombo, lavrada em 1232, em Coimbra — observa Xavier Fernan-

(12) José Maria de Sousa Monteiro. — *Dicionário Geográfico das Províncias e Possessões Portuguesas no Ultramar* — Vol. I — pág. 37 — Tip. Lisboense — Lisboa, 1850.

(13) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* — 4.ª edição.

des — vê-se que o território a que se refere o mesmo, cedido aos Cavaleiros da Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém, serviria para uma nova povoação, a qual por ordem expressa do monarca doador, se chamaria **Ucrate**, onde efetivamente ela se edificou, correspondendo à atual vila de Crato.

O étimo do topônimo será, pois, o nome medieval **Ucrate** e não **Catrалеuca** ou **Castraleuca**, como querem certos autores (14).

Granja — Cidade, sede de comarca e de município, situada a 340 kms. da Capital, à margem esquerda do rio Coreau e a 25 kms. da costa. É incerta a data da criação do município, que desde o começo teve a sua sede na povoação de **Coreau**, antiga **Macavoqueira** ou **Macaboqueira**, elevada a vila com o nome de **Granja** pelo Alvará de 27 de junho de 1776.

Comarca por Lei de 23 de novembro de 1842, e cidade por Lei de 3 de novembro de 1854. A freguesia de **Granja**, chamada primitivamente **Curato da Ribeira do Coreau** foi criada com sede em **Macavoqueira** por Provisão do Bispo Xavier Aranha — de 30 de agosto de 1757. Foi uma das vilas criadas em obediência à Carta Régia de 6 de maio de 1758, assistindo à sua inauguração o Ouvidor João da Costa Carneiro e Sá.

Em Portugal registram-se quatro freguesias com esse nome: de São Brás, São João Batista, Santa Maria e São Sebastião. E mais: **Granja de Tedo**, **Granja Nova** e **Granja do Ulmeiro** (15).

Menciona-se especialmente a que se acha no concelho de Mourão, distrito de Évora, província do Alto-Alentejo e

(14) I. Xavier Fernandes — **Topônimos e Gentílicos** — II vol. — págs. 121, 122, 123 e 124. Editora Educação Nacional — Porto, 1943.

(15) E.A. de Bettencourt — **Dicionário Corográfico de Portugal e Ilhas Adjacentes** — 3.^a edição — pág. 92 — Lisboa, 1885.

outra no Concelho de Espinho, na província do Douro-Litoral, próximo ao Pôrto.

Messejana — Distrito do município de Fortaleza, fica situada à margem da lagoa de igual nome. Dista da Capital, de que fica a sueste, apenas treze quilômetros.

Inicialmente fôra sede da antiga missão de índios da **Paupina** fundada pelos jesuítas, onde primeiro se aldearam os potiguares. Os índios eram das nações **Paupina** e **Parnamirim**. A etimologia mais corrente de **paupina** é a que transcreve o Barão de Studart — de **ipau-pina** (lagoa descoberta) (16).

Elevada a vigararia em 1759 por provisão de 15 de maio. Por alvará de 8 de maio de 1758 foi criada vila, e inaugurada em 1 de janeiro de 1760 com o nome de **Vila Real de Messejana da América**, pelo Ouvidor Geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco. A 13 de maio de 1883 foi extinta a vila pelo Conselho do Govêrno. Desmembrada de Fortaleza e de novo elevada a vila pela Lei Provincial n.º 1773, de 23 de novembro de 1878.

Pela Lei n.º 1913, de 31 de outubro de 1921, foi suprimido o município de Messejana e anexado ao de Fortaleza (17). Esta a situação em que ainda se encontra a localidade de Messejana, como dissemos.

Sobre a origem e a própria grafia do topônimo — Mecejana e Messejana — divergiram os estudiosos. José de Alencar atribuiu-lhe procedência indígena, assim decompondo o nome: de **cejar**, abandonar, a desinência **ana**, indicativa da pessoa que exercita a significação do verbo, e a partícula **mo** do verbo **monhang** fazer — o que fêz abandonar ou foi ocasião ou lugar de abandonar (18). Mera fantasia do grande

(16) Barão de Studart — **Geografia do Ceará** — pág. 347 — Ceará, 1924.

(17) V. **Dic. Geograf. Hist. e Descritivo do E. do Ceará**, cit. pág. 244.

(18) Florival Seraine — **Toponímia Cearense**, in "Anais", cit. pág. 480.

romancista de "Iracema", aliás nascido nessa localidade cearense. A grafia deve ser Messejana, que é a denominação de localidades de Portugal. A principal delas é uma vila do concelho de Aljustrel, no distrito de Beja, do Baixo-Alentejo. Inúmeros dicionários a registam (19). Há ainda referência a outra Messejana — freguesia de Maxial, no distrito de Lisboa, com uma capela de N. S. da Conceição, cuja imagem é tida como milagrosa (20). O topônimo cearense decorre, sem dúvida, de obediência à citada Carta Régia. O nome é considerado de origem árabe: do verbo sájana, encarcerar; significa prisão ou cárcere (21).

Sobral — Para a maioria é a segunda cidade do Estado, sendo a primeira a Capital. Fica situada à margem esquerda do rio Acaraú, e a 19 quilômetros da serra da Meruoca. Dista da Capital 235 kms., à qual é ligada por via-férrea e estrada de rodagem. É a antiga povoação de Caiçara. Inaugurada vila a 5 de julho de 1773 com o nome de **Vila Distinta e Real de Sobral**. Caiçara, nome indígena, foi outrora a designação de simples fazenda, que passou a curato com a invocação de N. S. da Conceição da Caiçara do Acaracu.

A ordem do Governador de Pernambuco mandando erigir a vila de Sobral é de 14 de novembro de 1772.

A povoação de Caiçara foi instituída vila, com o nome de Sobral, em face de uma representação que o Ouvidor e Corregedor Geral da Capitania do Ceará, Dr. João da Costa Carneiro e Sá, fez ao governador de Pernambuco, D. Manuel da Cunha Menezes, em a qual lembra que a criação da vila se combinaria admiravelmente com o espírito da Ordem Ré-

(19) Dic. Corogr. Port. cit. pág. 112. V., ainda, Dictionnaire Géographique Universel — tomo VI, pág. 679 — Paris, 1829, e Malte-Brun — Dictionnaire Géographique Portatil, 2.^a parte — pág. 543 — Paris, 1828.

(20) Antônio Bezerra — O nome Mecejana — in "Rev. Inst. do Ceará" — pág. 96.

(21) Frei João de Sousa — Vestígios Arábicos na Língua Portuguesa — ap. Clóvis Monteiro — Português da Europa e Português da América — 2.^a edição

gia de 22 de julho de 1766 — “Sendõ-me presentes muitas e repetidas queixas e os crimes atrozes que nos sertões dessa Capitania têm cometido os vadios e facinorosos que nêles vivem como feras, separados da sociedade e comércio humano sou serviço que todos os homens que nos ditos sertões se acharem vagabundos ou em sítios volantes, sejam logo obrigados a escolher lugares acomodados para viver juntos em **povoações civeis que pelo menos tenham de cinqüenta fogos para cima** com juizes ordinários, vereadores e procurador do Conselho, repartindõ-se entre êles com justa proporção as terras adjacentes, e isto debaixo da pena de que aquêles no térmo competente que lhes assinarem os editais que se afixarem para êste efeito, não apparecerem para se congregar e reduzir a sociedade civil nas povoações acima declaradas, serão tratados como salteadores e inimigos comuns e, como tais, punidos com a severidade das leis, etc.”. Em virtude das disposições de tal ordem foram criadas no Ceará as vilas de Quixeramobim, Sobral, São Bernarðo das Ruças e S. João do Príncipe (22).

Foi a vila elevada a cidade por Lei Provincial n.º 229 de 12 de janeiro de 1841 com a denominação de **Januária** — **Fidelíssima cidade de Januária do Acaracu** — em homenagem à princesa Januária, irmã de D. Peðro II.

A Lei n.º 244 de 25 de outubro de 1842 restabeleceu o nome de Sobral, ainda vigorante.

Em Portugal encontram-se os seguintes principais topônimos **Sobral**: povoação, freguesia de São Miguel, do concelho de Mortágua, no distrito de Viseu, Província da Beira-Alta, aquêla a que se atribui a inspiração para a cópia do topônimo cearense; freguesia de São João Batista, do concelho de Oleiros, no distrito de Castelo Branco, Província da Beira-Baixa. Xavier Fernandes cita ainda **Sobral** entre Guarda e Pinhel, na Beira-Alta, e Sobral — próximo de Arruðados-Vinhos, no distrito de Lisboa, Província da Estremadura.

(22) F. Seraine — art. cit. — In “Anais”, cit. — pág. 482.

Registam-se ainda: **Sobral** da Abelheira, **Sobral** d'Adiça, **Sobral** da Lagoa, **Sobral** da Serra, **Sobral** de Cazegas, **Sobral** de Papizios, **Sobral** do Campo, e **Sobral** Pichorro, como lugares menos importantes, bem assim **Sobral-do-Monte-Agração**, vila, sede de concelho, no distrito de Lisboa, Província da Estremadura, localidade antiga, cujo foral foi concedido por D. Manuel I, em 1549.

A palavra portuguesa **Sobral** é nome comum que figura nos léxicos do idioma. De origem latina — de *suber suberis* — *sôbro*, árvore de que se extrai cortiça (*Quercus suber*). **Sobral** vem a ser lugar onde crescem sobros; mata de sobreiros. O mesmo que **soveral**. **Sovereiro**, *sôvero* ou *sovereiro* se acham em **Morais** com a mesma aceção de *sôbro*. Há um **sobreiro**, e duas espécies de *sôbro*, já registradas no Brasil, pertencentes a outras famílias vegetais (23) e que, evidentemente, nenhuma ligação apresentam com topônimo focado.

Viçosa — Hoje **Viçosa** do Ceará, para distinguir de outras **Viçosas** existentes no Brasil, de acôrdo com o Decreto-Lei que reorganizou a nomenclatura geográfica estadual. Situada na serra da Ibiapaba, em sua ponta setentrional, possui um dos melhores climas do Ceará. Dista 510 quilômetros da Capital, 108 quilômetros do litoral e 90 kms. da cidade de Granja, por onde passa a via-férrea. Sede da antiga missão dos índios **Camocim**, **Anacé** e **Arariú**, pertencentes à nação **Tabajara**, catequizados e aldeados pelos jesuítas no princípio do século XVIII, os quais aí fundaram um hospício. Foi inaugurada a vila aos 7 dias do mês de julho de 1759, criada a mesma em virtude do alvará de 8 de maio de 1758, Ordem Régia e Carta Instrutiva de 14 de setembro do mesmo ano e Ordem do Governador de Pernambuco, de 16 de maio de 1759.

A denominação que recebeu foi a de **Vila-Viçosa-Real**

(23) **Morais** — **Dicionário**, 6.^a edição e Francisco Fernandes — **Dicionário Brasileiro Contemporâneo**, Edit. Globo., Porto Alegre.

d'América. Alguns autores dizem que a vila foi criada no lugar outrora Tabuinha, mas o historiador cearense Perdigão de Oliveira declara que, nos documentos oficiais de que possuía cópia, as referências são tôdas à aldeia ou povoação de Ibiapaba, e não a Tabuinha (24). Antônio Bezerra e o Barão de Studart falam também apenas na aldeia de índios Ibiapaba (25). Barba Alardo refere-se a Ibetuipava (26). Comarca já com 75 anos de existência, em 1934 foi suprimida, ficando como termo da comarca de Granja, mas hoje é sede de município e comarca. Foi elevada a cidade pela lei n.º 199, de 14 de agosto de 1882.

Vila-Viçosa foi inicialmente aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Ibiapaba ou Aldeia da Serra de Ibiapaba. A sua elevação a vila decorre da Ordem Régia expedida pelo Governador de Pernambuco em 1759, determinando o confisco dos bens dos jesuítas, na Capitania, e a elevação em vila dos aldeamentos indígenas por eles administrados (27).

Em Portugal há uma localidade **Vila-Viçosa**, sede de concelho, vila no distrito de Évora, Província do Alto-Alentejo, com a população de perto de 10.000 habitantes e situada a 55 quilômetros da sede do distrito. Tem o concelho 5 freguesias. Vila-Viçosa, como Campo-Maior e tantos outros pertencem à categoria dos topônimos que, em Portugal se formaram de nomes comuns, alusivos ao ambiente físico, a particularidades do mesmo.

(24) Art. cit. — in “Rev. do Inst. Ceará” cit.

(25) O nome Mecejana — in “Rev. do Inst. Ceará”, cit. — pág. 95 — Geografia do Ceará, cit. — pág. 106.

(26) Memória sobre a Capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo Governador da mesma Luiz Barba Alardo de Menezes — In “Rev. do Inst. do Ceará” — Ano XI, 1.º trimestre de 1897, pág. 52.

(27) Raimundo Girão e Martins Filho — O Ceará — 2.ª edição — pág. 511 — Fortaleza, 1945.

TOPÔNIMOS SUBSTITUÍDOS OFICIALMENTE

Arronches — Refere Barba Alardo em sua “Memória”, escrita em 18 de abril de 1814, que os índios Algodões foram os descobridores da lagoa desta vila, a que puseram o nome de Porangaba, que quer dizer água que se parece com cunhã bonita, e assim se nomeava também a aldeia até 1759 (28).

Com efeito, em 25 de outubro desse ano foi elevada a vila sob o nome de **Vila-Nova-de-Arronches**, em obediência à Carta Régia do Marquês de Pombal. Foi extinta a vila pelo Conselho do Governo em 1833. Freguesia desde 1759, extinta em 1835 e restaurada em 1876. Teve a invocação, que ainda hoje perdura, de Bom Jesus dos Aflitos.

Pela segunda vez é elevada a vila pela Lei Provincial de 25 de novembro de 1885, desmembrada da Capital, sendo a sua instalação em 1888. Então volta a localidade ao antigo nome de Porangaba. Hoje é simples distrito do município de Fortaleza, de que dista 7 a 8 quilômetros, e se acha ligada à mesma por estrada asfaltada e por via-férrea.

O uso do nome Arronches prolongou-se pelo século XIX, mas hoje ninguém a ele se refere, nem menciona, sendo o nome Porangaba o adotado por todos e usado oficialmente, até que o Decreto-Lei de 1938, que reformou a toponímia estadual, mudou-o para **Parangaba**. A razão exposta para essa mutação foi que, nos documentos antigos, a grafia encontrada era **Parangaba**, nome indígena que Pompeu Sobrinho decompõe em **para** (mar) + **angaba** (aparência, desaparecido), significado etimológico que acha mais consentâneo com a índole dos selvagens, do que beleza, como queriam Martius e outros. O Barão de Studart em sua “Geografia” já adotava a grafia **Parangaba**. E Paulino Nogueira opina que Porangaba é simplesmente o nome de uma cunhã bonita que o deu

(28) **Memória cit** — In “Rev. Inst. do Ceará” cit. — pág. 42.

à lagoa dêste sítio e, posteriormente, a um poemeto de Juvenal Galeno, e que Barba Alardo não tem base para traduzir o têrmo indígena como *água que se parece com cunhã bonita*.

Arronches é uma vila, sede de concelho, no distrito de Portalegre, na Província do Alto-Alentejo, distante 25 kms. da sede do distrito. Localidade muito antiga, foi decantada por Camões nas *Lusíadas*. (29).

Tem-se afirmado que Arronches corresponde a uma antiga povoação que se chamou *Aruncis* e *Arronchela*. Acha Xavier Fernandes, no entanto, forçada a explicação por qualquer dêstes nomes, que só com dificuldade e talvez por contaminação justificariam a forma *Arronches*. Discorda, ainda, daqueles que atribuem a fundação do antigo povoado aos habitantes de *Aroche* — vila da Andaluzia, tomada pelo rei português D. Afonso III, no tempo do imperador romano Calígula. (30).

Campo-Maior — Hoje Quixeramobim, cidade, sede de município e de comarca, a 230 kms. da Capital por via-férrea. A localidade foi uma povoação de pastôres, até que por Provisão de 15 de novembro de 1755 foi criada freguesia com a invocação de Santo Antônio de Pádua. A propósito escreve Perdigão de Oliveira: "Em carta de 10 de janeiro de 1789, o Ouvidor Geral da Capitania do Ceará e Corregedor da Comarca Dr. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbeão representou ao governador de Pernambuco "quanto seria útil ao serviço público, à administração da justiça e ao real serviço que se erigisse em vila a povoação de Santo Antônio de Quixeramobim, para nela se recolherem e congregarem os homens vadios que como feras vivem espalhados pelos sertões, separados da sociedade cível, cometendo desordens e toda qualidade de delitos, que as justiças não podiam coibir por não lhes chegar a notícia, ou a tempo tal que as

(29) Paulino Nogueira — *Vocab. Indig.* cit. — verbete de *Porangaba*.

(30) *Topônimos e Gentílicos* cit. — II vol. — pág. 270.

averiguações se tornavam infrutíferas”. Acrescentava o mesmo ouvidor que “desterrada esta abominável desordem com a criação da vila, se atrairia e obrigariam nela a viver os homens errantes e inoficiosos de seu distrito; que por êles se repartiriam o tráfico e misteres da sociedade, que se civilizariam os povos do arredor; promover-se-ia a ordem e a felicidade pública; aplicar-se-ia o pronto castigo aos facinorosos para escarmento de outros; adiantar-se-ia a desprezada e necessariíssima agricultura e aumentaria a comunicação interior dêstes países”. Em vista destas considerações o Governador de Pernambuco, que nesse tempo era D. Tomás José de Melo, concede-lhe por ordem de 20 de fevereiro do mesmo ano (1789) autorização para erigir em vila a dita povoação de Santo Antônio de Quixeramobim, sob a denominação de Campo Maior”. A inauguração da vila foi realizada a 13 de junho de 1789. A Lei n.º 765 — de 14 de agosto de 1858, elevou a vila à categoria de cidade, mantendo a denominação de **Quixeramobim**, que ainda hoje é a oficial. Este é um nome indígena de procedência controvertida, julgando-o uns tapuia, como Teodoro Sampaio; e outros, tupi, a exemplo de Paulino Nogueira e Pompeu Sobrinho.

Campo-Maior é nome de localidade de Portugal, antiga vila, sede de concelho, no distrito de Portalegre, Baixo-Alentejo, com uma população de mais de 9.000 almas e a 76 quilômetros da sede do distrito. Tem foral dado por D. Manoel I em 1512.

Montemor-o-Novo — Hoje **Baturité**, cidade, sede de município e de comarca, distante da Capital 103 quilômetros por via-férrea. A Missão de Nossa Senhora da Palma, que fazia parte da freguesia de Aquiraz, habitada por índios da língua travada, chamados **jenipapos** e **canindés**, foi elevada à categoria de vila, inaugurada a mesma a 14 de abril de 1764, recebendo o nome de **Montemor-o-Novo d'América**, nome que anteriormente já havia sido aplicado à vigaria a que fôra elevada, por Ordem Régia, a missão dos **Paiacu** (31).

(31) O nome *Mecejana* cit. — “Rev. Inst. Ceará”, cit. — pág. 96.

O nome indígena **Baturité**, que era o da aldeia, voltou a vigorar pela Lei provincial n.º 226, de 9 de janeiro de 1841, que elevou a vila a comarca e por outra, n.º 844, de 9 de agosto de 1857, que lhe deu a categoria de cidade. Foi fundada a vila pelo Ouvidor de Pernambuco Bernardo Coelho da Gama Casco.

Montemor-o-Novo é vila muito antiga de Portugal. Foi fundada por D. Sancho I, em 1201. Acha-se situada no distrito de Évora, província de Alto-Alentejo. É sede de concelho. Dista 30 quilômetros da sede do Distrito e tem uma população de cerca de 35.000 almas.

Montemor-o-Velho — Hoje **Pacajus**, cidade, sede de município e de comarca. Situada à margem da rodovia transnordestina, a 30 quilômetros de Aquiraz e a 70 da Capital do Estado. Foi antigamente aldeia dos **Paiaçu**. “A aldeia dos **Paiaçu** — escreve Antônio Bezerra — não tendo o número de casais de índios para formar a vila foi elevada apenas à categoria de lugar, sob o nome de Montemor, que pouco depois se fixou em Montemor-o-Velho. Da aldeia dos **Paiaçu** não houve termo de ereção”

Montemor-o-Velho foi o nome que recebeu a missão dos **Paiaçu** com a restituição dos índios que haviam sido antes transferidos para a vila de Pôrto-Alegre, no Rio Grande do Norte (32).

Pelo Decreto n.º 63, de 9 de setembro de 1890, recebe a localidade o nome indígena de **Guarani**, sendo então elevada a vila, cuja inauguração ocorreu no mesmo ano.

Foi mudado o nome **Guarani** para **Pacajus** (por ser este mais eufônico do que a designação da tribo de tapuias que ali vivia e da qual ainda existem descendentes) em face do Decreto-Lei n.º 1.114, de 31 de dezembro de 1938. Ainda há quem prefira dizer **Guarani** em lugar do nome oficial atualmente.

(32) Perdígão de Oliveira — art. cit. — In “Rev. Inst. Ceará”, cit.

A vila pertenceu aos municípios de Aquiraz e Pacatuba. Passou a cidade em virtude do Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

Montemor-o-Velho é vila, sede de concelho, em Portugal. Fica situada na Beira-Litoral, no distrito de Coimbra. Tem população de 2.739 habitantes e dista da sede do distrito 28 quilômetros.

Soure — Atualmente Caucaia, restaurado o antigo nome indígena pelo Decreto-Lei de 1938. Muita gente, porém, continua a dizer Soure.

Fica situada a localidade a 17 quilômetros ao N.O. da Capital, à qual se acha ligada por via-férrea e linha de ônibus em boa estrada, quase tôda asfaltada.

É hoje sede de município, embora já tenha sido termo e distrito de Fortaleza.

Sede da antiga missão da Caucaia (têrmo indígena que significa mato queimado), administrada pelos jesuítas. Os índios que aí estiveram pertenciam à nação Potiguar. A denominação Aldeia de Caucaia assinala uma “data e sesmaria do padre Manuel Coelho de Lemos, de uma sorte de terra de meia légua junto da aldeia de Caucaia”, concedida pelo capitão-mor Manoel Francês, em 7 de maio de 1723. Elevada a freguesia no dia 5 de fevereiro de 1759 e a vila — Vila Nova de Soure — em 15 de outubro do mesmo ano, em cumprimento da Carta Régia de 6 de maio do ano anterior, com uma denominação — Soure — que já era aplicada a antiga ordem honorífica de Portugal (dos moinhos de Soure) e a uma vila e freguesia do bispado de Coimbra (33).

O topônimo português Soure é muito antigo. Vem citado na “Crônica dos Feitos de Guiné”, de Zurara (34). Tem

(33) Toponímia Cearense — In “Anais” cit — pág. 498 e Vocabulário Indígena cit. verbete de Caucaia. V., ainda, Augusto Ladeira — Carta de Portugal Continental, 3.ª edição — Porto, 1948.

(34) Gil Eanes de Zurara — “Crônica dos Feitos de Guiné” — pág. 40 — Livraria Clássica Editôra — Lisboa, 1942.

pelo recenseamento de 1940, uma população de quase 25.000 almas e dista 25 quilômetros da sede do distrito, onde é cabeça de concelho.

Ao tempo dos Romanos se chamou **Saurium**, de que deve ter provindo o topônimo atual (35). O Conde D. Henrique em 1111 concedeu-lhe foral. A vila foi extinta pela lei provincial n.º 2, de 31 de maio de 1833, a freguesia por outra, de 2 de junho do mesmo ano. Pela Lei n.º 1361, de 5 de novembro de 1870, foi restabelecida a freguesia com a mesma denominação de **Soure** e a vila por outra Lei, a de n.º 1772 de 23 de novembro de 1878, com a denominação de **Vila-Nova-de-Soure**. O nome **Soure** permaneceu até o Decreto-Lei de 1938.

* * *

Antônio Bezerra inclui na relação das localidades cearenses que foram elevadas a vilas em obediência à Carta Régia de que se referiu o Marquês de Pombal, em 6 de maio de 1758, as povoações de **N. S. do Rosário de Russas** e de **Tauá**. A primeira foi erecta vila a 6 de agosto de 1802 com a denominação de **São Bernardo do Governador**, em homenagem ao Governador da Capitania General Bernardo Manoel de Vasconcelos. A outra povoação foi elevada a vila em 3 de maio de 1803, com o nome de **São João do Príncipe**, em homenagem ao Regente D. João VI. Ambas voltaram a seus antigos nomes. São hoje as cidades de Russas e Tauá, respectivamente. Os topônimos foram criados *ad hoc*, e não correspondem a nomes de localidades portuguesas.

Fortaleza — Nome da Capital do Estado, designa também um lugar de Portugal, certa povoação na freguesia da Conceição, no concelho de Tavira, distrito de Faro, da Província do Algarve (36). Mas nenhuma relação apresenta o topônimo cearense com o de além-mar. A denominação cea-

(35) **Topônimos e Gentílicos** cit. — Vol. II — pág. 381.

(36) Luís Chaves — **Influências Militares na Formação de Topônimos** — pág. 29 — Guimarães, 1952.

rense é devida ao forte de **Nossa Senhora da Assunção**, levantado por Martim Soares Moreno, o fundador da colônia do Ceará, em 1611, onde existe a fortaleza deste nome, edificada em frente da cidade em 12 de outubro de 1812, quando as águas lavavam a sua face que fica para o mar. Elevada a vila, com o nome de **Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção** e depois à categoria de cidade com a denominação de **Cidade de Fortaleza de Nova Bragança**, pela Lei do menor esforço foi sendo chamada **Cidade da Fortaleza do Ceará**, **Cidade da Fortaleza** e afinal **Fortaleza**, designação que se oficializou.

Vila Nova d'El-Rei — Em virtude da carta Régia de 6 de maio de 1758 a povoação do **Ipu Grande** passou a vila com a denominação de **Vila Nova d'El-Rei**, compreendendo o **Campo Grande**, hoje **Guaraciaba**. As leis provinciais n.º 200, de 26 de agosto de 1840, e n.º 261, de 3 de dezembro de 1842, transferiram a vila para o **Ipu Grande** com a denominação de **Vila Nova do Ipu Grande**. Outra lei, n.º 472, de 31 de agosto de 1848, elevou a vila a comarca com a simples denominação de **Ipu**, com que foi elevada a cidade pela lei n.º 2.098, de 25 de novembro de 1885. O nome indígena ainda hoje é o vigorante. **Vila Nova d'El-Rei** é nome com que a partir do reinado de D. Dinis, foi designada a **Mea Villa de Gaya**, da margem esquerda do rio Douro — **Vila Nova de Gaia** (37). Não possuímos elementos para afirmar que a criação do topônimo cearense, há longos anos desaparecido, tenha sido inspirada em qualquer nome de localidade portuguesa e qual seja esta, em particular. Dizem que o povo por troça ou pejorativamente aludia à localidade com o nome de **Vila-Nova-dos-Enredos**, poi lá — segundo referem — fervilhavam as intrigas, à época em que vigorava a locução toponímica.

* * *

Em conclusão, os topônimos de Portugal no Ceará podem ser incluídos entre as substituições ou mudanças de nomes

(37) **Topônimos e Gentílicos** cit. — Vol. I — pág. 178.

geográficos que Albert Dauzat classifica de sistemáticas, para diferenciar daquelas outras por êle denominadas de espontâneas (38).

Em nosso caso, trata-se da imposição da vontade de uma autoridade central, que, ao provocar a substituição dos topônimos primitivos por outros, com o citado Decreto-lei, atendia a objetivos políticos já interpretados por historiadores cearenses.

Perdigão de Oliveira, investigador dos arquivos históricos cearenses, escreve a propósito: "Na Carta Régia de 14 de setembro de 1758 não se trata da denominação que devia ser dada às novas vilas; assim pois labora equívoco o ilustrado Sr. Dr. Paulino Nogueira, quando diz em seu bem elaborado artigo sobre a origem da palavra Aquirás, que "o marquês de Pombal receoso de que pela importância que ia tomando na colônia a língua tupi viesse a ser prejudicada a portuguesa, entre outras medidas tomou a de ordenar ao governador de Pernambuco por Carta Régia de 14 de setembro de 1758, que elevasse à categoria de vilas com os nomes de lugares da metrópole as aldeias fundadas pelos jesuítas". O que o Marquês teve em vista, repetimos, foi tirar toda ingerência que aqueles missionários tinham no governo temporal dos índios, seqüestrar-lhes os bens, e depois expulsá-los do Brasil!..." (30).

Seja como fôr, o certo é que algumas dessas designações geográficas de Portugal implantaram-se definitivamente, ao passo que outras acabaram por ceder o lugar às que já se achavam fixadas na mente do povo, e não houve meio de trocar pelas adotadas oficialmente, achando conveniente, em certa época, por essa razão, a Assembléia Legislativa do Ceará ordenar que se voltasse às denominações indígenas, nes-

(38) Albert Dauzat — *Les Noms de Lieux* — págs. 41 e seguintes — Libr. Delagrave — Paris, 1951.

(39) Artigo in "*Rev. Inst. do Ceará*" — ano II, tomo II — 1.º trimestre de 1888 — pág. 35.

ses casos de resistência às substituições lusas. Aí estão Crato e Sobral, as duas mais importantes cidades do Estado, depois da Capital, além de outras de certa importância como Granja e Viçosa, a assinalar um “acidente histórico” na formação da toponímia regional, para aproveitar aqui uma expressão que os antropólogos empregam a fim de designar mudanças bruscas, imprevisíveis, surgidas do exterior no domínio cultural. (40).

Podemos pensar que apenas Almofala e Arneirós, localidades de menor significação demográfica, representem mutações “espontâneas”, isto é, tenham sido aplicadas em atenção ao ambiente físico ou à realidade cultural, traindo nesse caso, o uso de expressões obsoletas para designar aludidos aspectos, de forma idêntica talvez a por que surgiram na toponímia estadual Amontada e Alagoa, nomes comuns, formas prostéticas, hoje desusadas na linguagem normal culta da região, mas que aparecem nos meios incultos, especialmente rurais, onde, aliás, o primeiro nome apresenta ainda outra acepção, idêntica a que registram certos dicionários, inclusive o de Moraes — a de desgarrada, fugitiva, pelos matos, de referência em particular a “criações” ou animais domésticos. (Há no Estado os topônimos **Alagoa-das-Bêstas**, **Alagoa-de-Dentro**, **Alagoa-das-Pedras**, bem assim, **Alagoinha**, todos referentes a fazendas, pequenas povoações, lugares sem destaque na corografia regional. Sabe-se que **Alagoa** é expressão frequente não só na toponímia brasileira como portuguesa, cabendo lembrar o nome primitivamente aplicado à povoação, hoje vila do município de Itapicoca com o nome de São Bento, o qual já sucedeu ao de São Bento da Amontada. Não encontramos Amontada como topônimo português). A nossa suposição, no caso, é, pois, de que se trata de topônimos aplicados espontaneamente. Faltam-nos, contudo, os precisos do-

(40) Melville J. Herskovits — **Les Bases de l'Anthropologie Culturelle** — pág. 294 — Payot — Paris, 1952. O original inglês é intitulado **Man and his Works**.

cumentos em que nos apoiarmos para uma assertiva segura a respeito, podendo também — como já frisámos anteriormente — ter sido êsses topônimos criados por um ato sentimental do luso, que os escolheu em homenagem ao seu rincão natal ou a certa localidade grata à sua evocação.